

contínua de formadores, auditoria contabilística, chefia e liderança, participação em diversas acções de formação e seminários organizados pelos serviços competentes da DGCI.

6 — Actividade profissional:

Em 1 de Outubro de 1969 toma posse como aspirante de finanças provisório na Repartição de Finanças de Monção;
De 5 de Janeiro de 1972 a 25 de Maio de 1975 cumpre o serviço militar obrigatório;
Em 26 de Maio de 1975 toma posse como aspirante de finanças na Repartição de Finanças de Ponte da Barca;
Em 12 de Novembro de 1981 é promovido a técnico verificador tributário de 2.ª classe e colocado na 2.ª Repartição de Finanças de Braga;
Em 11 de Junho de 1984 é promovido a técnico verificador tributário de 1.ª classe e colocado na Direcção de Finanças de Braga;
Em 23 de Janeiro de 1986 é nomeado perito de fiscalização tributária de 1.ª classe, supranumerário;
Em 29 de Novembro de 1988, após aprovação em concurso, é promovido a perito de fiscalização tributária de 2.ª classe, continuando a exercer funções como perito de fiscalização tributária de 1.ª classe supranumerário;
Em 18 de Setembro de 1989 toma posse como perito de fiscalização tributária de 1.ª classe, após aprovação em concurso;
Em 21 de Setembro de 1998, após aprovação em concurso, toma posse como supervisor tributário;
Em 2 de Janeiro de 2000 passa a deter a categoria de inspector tributário principal;
Em 28 de Março de 2003 é nomeado chefe de divisão de Prevenção e Inspeção Tributária I, em regime de substituição, cargo que desempenha presentemente;
Delegado da Fazenda Pública para as comissões distritais de revisão;
Delegado da Fazenda Pública nos termos do artigo 91.º da Lei Geral Tributária;
Funções no âmbito da inspeção tributária em grandes empresas;
Coordenador do serviço de atendimento público;
Formador distrital do IVA.

7 — Formação ministrada:

Cursos a trabalhadores da DGCI em matéria de IVA;
Sessões públicas de esclarecimento de IVA;
Participação como formador em acções de formação e como orador em seminários e conferências organizados pelas associações ACB (Associação Comercial de Braga), AIM (Associação Industrial do Minho), APOTEC (Associação Portuguesa dos Técnicos de Contabilidade), CTOC (Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas) e GESTAVE (Associação de Gestão Agrícola do Vale do Ave).

Despacho n.º 1003/2005 (2.ª série). — 1 — A Direcção-Geral dos Impostos publicitou, na bolsa de emprego público e no *Diário de Notícias*, de 25 de Outubro de 2004, o procedimento destinado à selecção do titular do cargo de chefe de divisão de Prevenção e Inspeção Tributária II da Direcção de Finanças de Setúbal, ao qual compete desenvolver as actividades previstas no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 408/93, de 14 de Dezembro.

2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, «os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo».

3 — De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, «a escolha deverá recair no candidato que em sede de apreciação das candidaturas melhor corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço».

4 — Analisadas as oito candidaturas apresentadas, verifica-se que a candidata Gabriela Alves Branco Garrido Zeferino cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e possui experiência e formação relacionadas com as actividades a desenvolver, revelando experiência em cargos de direcção intermédia, especificamente na área do cargo a prover, que melhor se adequa às atribuições acima referidas e aos objectivos fixados.

5 — Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, ouvido o conselho de administração fiscal, nomeio, em comissão de serviço, a inspectora tributária principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos Gabriela Alves Branco Garrido Zeferino para o cargo de chefe de divisão de Prevenção e Inspeção Tributária II da Direcção de Finanças de Setúbal.

6 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 16 de Dezembro de 2004, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

16 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo*.

Síntese curricular

I — Elementos de identificação:

Nome — Gabriela Alves Branco Garrido Zeferino;
Data de nascimento — 30 de Janeiro de 1952;
Natural de Paul, Covilhã.

II — Habilitações académicas — licenciatura em Auditoria Contabilística pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL), concluída em 2001, com a média de 13 valores.

III — Formação profissional:

Seminário de Alta Direcção — INA;
Todos os cursos obrigatórios para a progressão na carreira e de actualização face às reformas fiscais;
Outros cursos e seminários patrocinados por entidades associativas e ISCAL.

IV — Experiência profissional:

Actualmente desempenha funções inerentes ao cargo de chefe de divisão de Prevenção e Inspeção Tributária II, em regime de substituição, da Direcção de Finanças de Setúbal;
Anteriormente e desde Janeiro de 1993 até Outubro de 2003 desempenhou funções de chefe de equipa na área da inspeção tributária;
Comissões de revisão — fez parte de numerosas comissões de revisão previstas no então Código de Processo Tributário, tanto na qualidade de vogal como na de presidente. Tais funções ocorreram até finais de 1998, no âmbito da Direcção de Finanças de Setúbal, e em 1999 na Direcção de Finanças de Santarém;
Coordenação/UCLEFA — de 1999 a 2003 exerceu as funções de coordenadora das acções inspectivas realizadas neste âmbito com os organismos envolvidos no Protocolo de Cooperação e Articulação de Acções n.º 23/97;
Plano Nacional de Actividades da Inspeção Tributária (PNA IT) — faz parte do grupo de trabalho que anualmente sintetiza os contributos da Direcção de Finanças de Setúbal.

V — Progressão na carreira:

Data de admissão na função pública e na DGCI — 2 de Maio de 1977, no Serviço de Prevenção e Fiscalização Tributária da Direcção de Finanças do Distrito de Lisboa, para o exercício de funções equivalentes às de técnico verificador de 3.ª classe;
Foi nomeada em Outubro de 1982 para a categoria de perito de fiscalização tributária de 2.ª classe;
De Outubro de 1984 a Setembro de 1998, no Serviço de Prevenção e Inspeção Tributária da Direcção de Finanças de Setúbal, tendo aí tomado posse como perita de fiscalização tributária de 1.ª classe;
De Outubro de 1998 a Maio do ano seguinte, no Serviço de Prevenção e Inspeção Tributária da Direcção de Finanças de Santarém, por nomeação para supervisora tributária;
De Maio de 1999 até à presente data, no Serviço de Prevenção e Inspeção Tributária da Direcção de Finanças de Setúbal.

Despacho n.º 1004/2005 (2.ª série). — 1 — A Direcção-Geral dos Impostos publicitou na bolsa de emprego público e no *Diário de Notícias*, de 8 de Outubro de 2004, o procedimento destinado à selecção do titular do cargo de chefe de divisão de Inspeção Tributária da Direcção de Finanças de Viana do Castelo, ao qual compete desenvolver as actividades previstas no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 408/93, de 14 de Dezembro.

2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, «os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo».

3 — De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, «a escolha deverá recair no candidato que em sede de apreciação das candidaturas melhor corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço».

4 — Analisadas as oito candidaturas apresentadas, verifica-se que o candidato Silvestre Luís da Silva Sampaio cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e possui experiência e formação relacionadas com as actividades a desenvolver, revelando experiência em cargos de direcção intermédia, especificamente na área do cargo a

prover, que melhor se adequa às atribuições acima referidas e aos objectivos fixados.

5 — Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, ouvido o conselho de administração fiscal, nomeio, em comissão de serviço, o inspector tributário do nível 2 do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos Silvestre Luís da Silva Sampaio para o cargo de chefe de divisão de Inspeção Tributária da Direcção de Finanças de Viana do Castelo.

6 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 16 de Dezembro de 2004, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

16 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo*.

Curriculum vita resumido

1 — Dados pessoais:

Nome Silvestre Luís da Silva Sampaio;
Data de nascimento — 5 de Outubro de 1951.

2 — Habilitações académicas — bacharel em Contabilidade e Administração pelo então Instituto Comercial de Lisboa, concluído em 1973.

3 — Habilitações profissionais:

Credenciado como formador pelo IIEFP;
Admissão na Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (inscrição suspensa).

4 — Actividade profissional:

Em 1 de Julho de 1977 ingressou na função pública, na DGCI, para desempenhar funções equivalentes às de técnico verificador de 3.ª classe;

Em 18 de Outubro de 1982, mediante concurso nacional, foi promovido à categoria de perito de fiscalização tributária de 2.ª classe;

Em 2 de Maio de 1989, mediante concurso nacional, foi promovido à categoria de perito de fiscalização tributária de 1.ª classe;

Desde do ano de 1987, foi nomeado coordenador na Inspeção Tributária.

5 — Outras actividades:

5.1 — No sector privado:

Desde Janeiro de 1976 a Maio de 1977 desempenhou funções como formador na área da contabilidade em acções de formação promovidas pelo Sindicato dos Empregados de Escritório;

Mediante autorização superior, presta colaboração como formador junto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas;

5.2 — No sector público:

Formador da Administração Pública — desde 1988 integra a bolsa de formadores da DGCI.

Na qualidade de formador externo da DDF de Viana do Castelo, tem participado em múltiplas acções quer junto de representações empresariais quer de entidades ligadas ao ensino oficial, entre outras.

6 — Formação complementar:

Auditoria contabilística;
Curso de preparação pedagógica para formadores;
Seminários sobre gestão sócio-administrativa dos serviços para dirigentes;

Trabalho de equipa;
Regime do IVA nas transmissões intracomunitárias;

Curso de formação «Euro» para formadores;

Preços de transferência;

Normas internacionais de contabilidade;

Consolidação de contas;

Fundamentação das correcções da Inspeção Tributária;

Avaliação indirecta da matéria tributável;

Técnicas e boas práticas na investigação criminal na fraude de Corrocel.

Despacho n.º 1005/2005 (2.ª série). — 1 — A Direcção-Geral dos Impostos publicitou na bolsa de emprego público e no *Diário de Notícias*, de 25 de Outubro de 2004, o procedimento destinado à selecção do titular do cargo de chefe de divisão de Prevenção e Inspeção Tributária I da Direcção de Finanças de Setúbal, ao qual

compete desenvolver as actividades previstas no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 408/93, de 14 de Dezembro.

2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, «os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo».

3 — De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, «a escolha deverá recair no candidato que em sede de apreciação das candidaturas melhor corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço».

4 — Analisadas as nove candidaturas apresentadas, verifica-se que o candidato Artur José Pereira Vale cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e possui experiência e formação relacionadas com as actividades a desenvolver, revelando experiência em cargos de direcção intermédia, especificamente na área do cargo a prover, que melhor se adequa às atribuições acima referidas e aos objectivos fixados.

5 — Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, ouvido o conselho de administração fiscal, nomeio, em comissão de serviço, o inspector tributário principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos Artur José Pereira Vale para o cargo de chefe de divisão de Prevenção e Inspeção Tributária I da direcção de Finanças de Setúbal.

6 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 16 de Dezembro de 2004, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

16 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo*.

Curriculum vitae

(síntese)

1 — Dados pessoais:

Nome — Artur José Pereira Vale;
Data de nascimento — 17 de Agosto de 1951;
Naturalidade — Moçambique.

2 — Habilitações académicas — licenciado em Auditoria pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL), em 1995, com a média de 13 valores.

3 — Carreira profissional:

Aprovação no concurso para a categoria de inspector tributário principal, conforme aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 3 de Agosto de 2004;

Perito de fiscalização tributária de 1.ª classe desde 5 de Abril de 1984, com exercício de funções na Direcção de Finanças de Setúbal;

Perito de fiscalização tributária de 2.ª classe desde 25 de Outubro de 1982, igualmente com exercício de funções naquela direcção de finanças;

Funções equivalentes às de técnico verificador de 3.ª classe, exercidas na Direcção de Finanças de Lisboa desde 2 de Maio de 1977.

4 — Experiência profissional:

Chefe de divisão de Prevenção e Inspeção Tributária I, em regime de substituição, desde 16 de Junho de 2000;

Participação nas reuniões no âmbito dos protocolos da DGCI com outras entidades, nomeadamente DGAIEC, IGAE, IDICT, GNR-BIF e IGFSS/ISSS;

Chefia de equipas de inspeção tributária desde 1993;

Delegado da Fazenda Pública para a comissão distrital de revisão a que se referia o então artigo 68.º do CIRS;

No início de 1989 colaborou na implementação do sistema de guias de pagamento do imposto sobre o rendimento na Direcção de Finanças de Setúbal, que abrangeu, entre outras, as tarefas de formação dos tesoureiros gerentes, formação dos operadores de informática e coordenação do circuito documental.

5 — Formação profissional:

Frequentou o seminário de alta direcção no INA (Instituto Nacional de Administração) no período de 18 a 22 de Outubro de 2004;

Frequentou ainda todos os cursos obrigatórios para a progressão na carreira, bem como outras acções de formação nas áreas de fiscalidade, contabilidade e informática.